

## SUMÁRIO

<i>Nota à 1ª Edição</i> .....	5
<i>1. Considerações Introdutórias</i> .....	9
<i>2. Construção do Conceito Constitucional de Renda</i>	
<i>2.1 Delimitação das normas aplicáveis</i> .....	13
<i>2.2 Delimitação por meio de princípios e postulados</i>	
<i>2.2.1 Princípios materiais</i>	
2.2.1.1 <i>Dignidade humana</i> .....	16
2.2.1.2 <i>Proteção da propriedade e da liberdade</i> .....	18
<i>2.2.2 Deveres de medida</i>	
2.2.2.1 <i>Igualdade</i> .....	20
2.2.2.2 <i>Proporcionalidade</i> .....	25
2.2.2.3 <i>Razoabilidade</i> .....	30
<i>2.3 Quadro ilustrativo dos limites fundamentais à tributação</i> ....	31
<i>2.4 Delimitação por meio de regras de competência</i>	
2.4.1 <i>Delimitação positiva</i> .....	32
2.4.2 <i>Delimitação negativa</i> .....	33
<i>2.5 Conceito constitucional de renda</i> .....	34
<i>2.6 Concretização do conceito constitucional de renda pelo         Código Tributário Nacional</i> .....	34

<b>3. Limitação de Compensação dos Prejuízos Fiscais no Imposto sobre a Renda e na Contribuição Social sobre o Lucro Líquido</b>	
<b>3.1 Qualificação da limitação de compensação de prejuízos ...</b>	<b>39</b>
<b>3.2 Exame de constitucionalidade da limitação intertemporal percentual fiscal da compensação de prejuízos</b>	
3.2.1 Regras de competência para instituição dos tributos sobre a renda e o lucro .....	42
3.2.2 O princípio da igualdade, as discriminações legais e a ausência de neutralidade tributária .....	52
3.2.3 O princípio da capacidade contributiva e a violação à exigência de tributação do acréscimo patrimonial líquido .....	57
3.2.4 Compensação de prejuízos como imposição constitucional .....	63
<b>3.3 Posição do STF .....</b>	<b>66</b>
<b>4. Conclusões .....</b>	<b>73</b>
<b>Bibliografia .....</b>	<b>79</b>